

PESQUISA DO ORÇAMENTO ABERTO 2010

Principais conclusões

74 dos 94 países avaliados não atendem os padrões mínimos de transparência e responsabilidade quando se avalia seus orçamentos públicos.

- Pesquisamos 94 países e descobrimos que 40 deles não divulgam informações orçamentárias significativas.
- Os piores em termos de desempenho foram Arábia Saudita, China, Guiné Equatorial, Senegal e o com o recém democrático Iraque, que fornecem pouca ou nenhuma informação aos seus cidadãos sobre como o governo gasta o dinheiro público.
- Descobrimos que somente 7 dos 94 países pesquisados divulgam informações orçamentárias completas. Estes países com melhor desempenho são: África do Sul, Estados Unidos, França, Noruega, Nova Zelândia, Reino Unido e Suécia.

Houve cerca de 20% de melhora no desempenho médio dos 40 países que foram avaliados ao longo de três Pesquisas do Orçamento Aberto consecutivas, o que é um sinal positivo.

- Índice do Orçamento Aberto (Open Budget Index - OBI) usa critérios objetivos, internacionalmente reconhecidos, para dar a cada país uma pontuação de transparência em uma escala de 0 a 100.
- Percebemos um aumento de 9 pontos na média de pontuação do OBI (de 47 em 2006 para 56 em 2010) entre os 40 países pesquisados em 2006, 2008 e 2010.
- Algumas das melhoras mais extraordinárias vieram de países com baixa pontuação, tais como Mongólia e Uganda, que ainda não atendem as melhores práticas mas melhoraram ao longo do tempo.

Os governos podem melhorar a transparência e a responsabilidade rapidamente e facilmente, publicando on-line todas as informações já produzidas, e convidando a participação da população no processo orçamentário. No longo prazo, precisamos de um conjunto de leis internacionais que exijam transparência.

- Para observar melhorias na transparência, envolvimento público e supervisão no curto prazo, a Parceria Internacional de Orçamento (International Budget Partnership) recomenda que:

1. Os governos deveriam tornar públicos todos os documentos produzidos, o que teoricamente não exigiria qualquer esforço ou custo adicional por parte dos governos envolvidos, mas melhorariam dramaticamente a abertura dos orçamentos em grande parte do mundo;
 2. Os parlamentos comecem a conduzir audiências públicas sobre o orçamento; e
 3. Os auditores estabeleçam mecanismos para obter informações públicas sobre problemas em programas específicos, e sobre o que deveria ser auditado.
- No longo prazo, o IBP recomenda um movimento em direção a uma lei global sobre transparência e participação orçamentária, que codifique princípios e diretrizes amplamente aceitas. Tais leis proporcionariam as organizações da sociedade civil, a mídia e aos parlamentares uma ferramenta poderosa para intensificar as melhorias dentro dos países.
 - Outras recomendações incluem:
 1. No mínimo, os países que atualmente divulgam pouca ou nenhuma informação sobre orçamento deveriam publicar suas Propostas orçamentárias do Executivo, Orçamento Promulgado e Relatórios de Auditoria, e os parlamentares destes países deveriam começar a organizar as audiências públicas sobre o orçamento antes de sua aprovação.
 2. Os países deveriam fortalecer a autoridade, independência e a competência das instituições de supervisão orçamentária, e a voz do povo também deveria ser considerada como mais um ponto de “freios e contrapesos”.
 3. Os doadores deveriam fortemente incentivar a transparência orçamentária nos países aos quais fornecem ajuda, oferecendo incentivos aos países que demonstrem melhores prática de transparência orçamentária, além de fornecer auxílio técnico aos que buscam tornar seus sistemas orçamentários mais transparentes e confiáveis.

A Pesquisa do Orçamento Aberto é a única medida independente, comparativa e regular de transparência orçamentária e responsabilidade pública no mundo, feita por especialistas orçamentários independentes desvinculados de qualquer governo nacional.

- A Pesquisa mede a capacidade dos governos em produzir e disseminar publicamente os oito documentos orçamentários principais exigidos pelas boas práticas internacionais, além de examinar a supervisão eficaz do orçamento e a participação popular na tomada de decisões sobre o orçamento nacional.
- 59 países foram pesquisados em 2006, 85 em 2008, e 94 em 2010, todos utilizando critérios internacionalmente aceitos para gerar um ranking objetivo de transparência chamado de Índice do Orçamento Aberto.
- Na Pesquisa de 2010 estes especialistas concluíram as 123 perguntas do questionário com base no estado de fato da transparência orçamentária em seus respectivos países. Em seguida, estas respostas foram: 1) revisadas de forma independente por dois especialistas anônimos que também não foram em associação com os governos, e 2) revisadas pela equipe do IBP que

verificou as citações e os comentários fornecidos para justificar as respostas dos pesquisadores. Além disso, o IBP convidou os governos nacionais de 88 dos países incluídos na Pesquisa de 2010, para comentar sobre o questionário concluído para aquele país. Finalmente, os membros da equipe do IBP consultaram os comentários dos revisores pares e dos governos que forneceram comentários e definiram a resposta final em conjunto com os pesquisadores.

Maior transparência permite melhor supervisão, melhor acesso ao crédito, melhores escolhas de políticas e maior legitimidade.

- Sem acesso a informação os legisladores, auditores, grupos da sociedade civil, mídia e a população em geral não podem participar de forma eficaz na tomada de decisões, nem podem responsabilizar o executivo pelo uso dos recursos públicos.
- A transparência e a participação popular melhoram a credibilidade das escolhas das políticas e a eficácia das intervenções nas mesmas.
- A falta de transparência pode levar a escolha de programas impopulares e inadequados, bem como corrupção e gastos desnecessários.
- A transparência orçamentária pode financeiramente beneficiar os países, pois os orçamentos mais transparentes tendem a conseguir um melhor acesso os mercados financeiros internacionais e uma redução dos custos de endividamento.

Os dados revelam uma forte correlação entre a falta de transparência e de responsabilidade pública com os países que dependem intensamente das receitas de petróleo e gás, recebem quantias significativas de ajuda externa e têm governos autoritários.

- Os 24 países avaliados que são dependentes das receitas de petróleo e gás tiveram uma pontuação média no OBI 2010 de apenas 26, de um total de 100.
- Os 32 países dependentes de ajuda que foram pesquisados tiveram uma pontuação média no OBI 2010 de 30, de um total de 100, sendo 14 pontos pior que os países que não dependem de ajuda externa.
- Os 21 países classificados como tendo regimes “autoritários” pelo Índice de Democracia (Democracy Index) receberam uma pontuação média no OBI 2010 de 17, de um total de 100, enquanto as 14 “democracias totais” atingiram uma média de 72.
- Existem também outras correlações geográficas: Os EUA e a Europa Ocidental tendem a ser mais transparentes, enquanto o Oriente Médio e a África tendem a ser menos transparentes, com outras regiões do mundo entre os dois extremos.

Ao mesmo tempo em que estas correlações existem, uma quantidade notável de exceções e resultados surpreendentes demonstra que qualquer país pode conseguir transparência e responsabilidade pública se os respectivos governos tornarem isso uma prioridade.

- As exceções notáveis a estas correlações incluem: África do Sul, que foi o melhor país de todos; Índia, Sri Lanka e Ucrânia, que são países com renda relativamente baixa mas que desempenharam relativamente bem; Colômbia, México e Indonésia, que tiveram pontuações no OBI 2010 cerca de duas vezes maior que outros países que dependem das receitas de petróleo e gás.
- Apesar dos dois países não poderem ser comparados, o recém democrático Afeganistão obteve 21 pontos a mais que o recém democrático Iraque.
- A China está se tornando um importante doador de ajuda externa, mas ela mesma está entre os países menos transparentes no mundo, pontuando apenas 13, de um total de 100.
- A Arábia Saudita e a Malásia são países relativamente de alta renda, mas a Arábia Saudita obteve apenas 1 ponto, enquanto a Malásia obteve 39.
- A República do Quirguistão, a Libéria e o Iêmen aumentaram suas pontuações de forma substancial ao tornar disponíveis os relatórios orçamentários em seus websites, os quais eram anteriormente produzidos e divulgados apenas para o público interno do governos e dos doadores.